

## **Roteiro do podcast Censos do Brasil – Episódio 1 – Censo de 1872 – O censo dos escravizados – Divulgado em 30 de janeiro de 2023**

[Música instrumental da época]

Olá, eu sou Fabio Carvalho e hoje te convido a vir comigo numa viagem pela história dos Censos demográficos no Brasil. Como você sabe, o IBGE está realizando mais um censo, o 13º da sua história. O podcast Censos do Brasil, é oferecido pela Memória IBGE, e vai te contar, em doze episódios, a história dessa pesquisa tão importante para o país. A cada duas semanas, nas segundas-feiras, um novo episódio estará disponível.

A gente já queria fazer um podcast sobre esse tema, e com a realização de um novo censo, cuja coleta começou em agosto do ano passado, a oportunidade pareceu perfeita. A inspiração para o formato do programa foi a série Presidentes da Semana, da Folha.

Como você já deve imaginar, nesse primeiro episódio vamos falar do primeiro Censo. Ele foi realizado em 1872 e comemorou 150 anos exatamente no mesmo dia do início da coleta do Censo 2022. O Recenseamento da População do Império do Brasil, além de ser o primeiro censo brasileiro, foi o único realizado durante o Império e é o único sobre a população escrava.

Então se prepara, porque depois da vinheta vamos começar essa jornada.

VINHETA [trechos de músicas de propagandas dos Censos compiladas: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza”; ”Plim, plim, toco a campainha e ouço uma voz perguntando”; “quem é? É o agente do Serviço Nacional de Recenseamento”; “o Censo está aí: você responde e o Brasil corresponde”; “quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil?”; “para o bem do Brasil, para o seu próprio bem, receba-o cordialmente”; “bom dia minha senhora”; “vamos juntos descobrir que país é este”]

Para me ajudar a contar a história desse primeiro Censo, eu trouxe o Mario Rodarte, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, o CEDEPLAR. Ele vai

começar nos contando um pouco da história que antecedeu os recenseamentos gerais no Brasil.

*[Depoimento de MARIO RODARTE]*

*“A gente já vê relatos de Censo na antiguidade. O Fustel de Coulanges, importante historiador francês, ele escreve a Cidade Antiga e que ele dizia que Atenas tinha a figura do recenseador. A incumbência dele era realmente fazer o registro da quantidade de população que existia na cidade de Atenas com uma preocupação principalmente religiosa. Pode-se dizer que as outras questões que normalmente se pensa das razões para se ter um Censo, principalmente pensando em questões econômicas, políticas, judiciais, eram questões de preocupação das famílias e não exatamente de um poder central. A coisa vai mudar de figura principalmente a partir da formação dos estados nacionais e aí nós estamos falando de meados do século XVII e ali o surgimento de um pensamento que seria o mercantilismo, onde existe um papel muito importante da população para o provimento da riqueza. Isso geraria a necessidade do Estado que está se formando de saber qual o seu componente de pessoas que essa economia poderia contar. O primeiro censo, pode se dizer mais contemporâneo, teria sido feito na Inglaterra em 1801 e havia essa preocupação além da questão econômica uma preocupação também com a segurança nacional. A gente sabe né que a Inglaterra ela tinha alguns países rivais e principalmente pensando no caso da França e aí eles tinham uma teoria de que a população da Inglaterra estivesse caindo ou não crescendo tanto quanto a população do continente europeu e daí se faz o censo e isso vai ser muito interessante. As discussões que vão sair a partir daí, as preocupações econômicas. Pode-se dizer que o Thomas Malthus, Teoria da População, com uma teoria que relaciona tamanho de população e economia, qual a importância de uma sobre a outra, diz respeito a essa discussão que estava acontecendo na Inglaterra. Pegando mais o nosso caso, essa gestão do Marquês de Pombal, ainda no Brasil colônia, coloca essa questão de uma preocupação de saber dados técnicos da administração. Dentre as informações de controle, estaria o tamanho da população. E aí a gente tem o censo feito entre 1776, 77. Foi uma contagem populacional na colônia Brasileira e também em outras colônias do Império Português. Com a Independência do Brasil e o primeiro reinado, um sistema político de representação, cada província seria representada por uma quantidade de deputados equivalente ao*

*tamanho da população então assim o sistema político na sua organização já demandava censo. Havia um certo descentralismo da administração imperial, que colocava essas funções muito a cargo das administrações provinciais e elas organizavam à sua forma as suas contagens populacionais e elas foram muito distantes de um padrão definido de censo e isso fomentou a demanda, que foi se maturando ao longo dos anos, para que o governo central fizesse o censo.”*

Exatamente. Então, em 1872, já estava mais do que na hora do primeiro Censo acontecer.

Naquela época, os recenseamentos já eram comuns nos países mais desenvolvidos. Os Estados Unidos, por exemplo, já tinham feito quatro censos. Por aqui algumas estatísticas já eram feitas. Claro, nada muito elaborado. Eram trabalhos isolados e esporádicos. Muitas vezes feitos por curiosos. Por isso, o Império tinha dificuldade de usar essas informações para tomar decisões. E isso precisava mudar.

Como o Mario falou, com a Independência do Brasil, em 1822, a necessidade de realizar o censo aumentou. Havia muito a se fazer para organizar o país. Era preciso providenciar tudo: nova forma constitucional, novas instituições, nova organização administrativa... E, nesses momentos, informação é ouro! Os parlamentares não demoraram a perceber isso. Ouça o que o deputado Antônio de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque, disse na primeira sessão da primeira legislatura em 14 de junho de 1826.

*“Devemos mostrar quais as informações que queremos, qual o relatório que esperamos, e estou certo de que, então, eles não faltarão com o seu dever. Quem poderá se opor à urgência de tal indicação, se as informações que se requerem são indispensáveis para os trabalhos da Câmara? Nós não temos os dados precisos para sabermos dos males que se devem remediar, e sem os conhecimentos necessários nada poderemos fazer”.*

A partir daí os debates entre Governo e parlamentares se intensificaram e, se não houve uma solução imediata para a falta de informação de qualidade, ao menos se iniciou um lento processo nessa direção.

Aos poucos as informações foram sendo elaboradas e melhoradas. Com esse esforço, foi possível oferecer informações sobre estatísticas populacionais, dados sobre instrução, saúde, nascimento, casamento, óbitos e importações e exportações. Mas ainda não era o suficiente. Esse trabalho inicial foi como um ensaio, apenas parte do processo de construção e aprendizado. Mas o país precisava avançar, precisava de Recenseamentos.

Uma nova etapa se iniciou em 1850. Com a ideia de modernizar o país, a Assembleia Geral autorizou o Governo a realizar o Censo Geral do Império, no menor tempo possível. Custe o que custar! E o Governo não ficou parado. No ano seguinte, através de dois decretos, mandou executar o regulamento para a organização do Censo Geral e o regulamento do registro de nascimentos e óbitos. Com isso, ficou claro que a coisa era séria! Marcaram até a data. O primeiro Censo deveria ter sido realizado no dia quinze de julho de 1852. O otimismo era grande. Reza a lenda que Dom Pedro II foi visto gritando “Agora vai!” após a confirmação. Não, isso é brincadeira minha. Mas podia ter sido, né?

Mas algo insólito aconteceu...

Um boato, pouco a pouco, começou a se espalhar: diziam que aqueles decretos serviriam para escravizar homens pobres e livres. Havia ainda o medo de que o Censo e o Registro Civil servissem para um recrutamento militar obrigatório.

A desconfiança da população foi reforçada com o rompimento do Governo com a tradição dos arrolamentos eclesiásticos, como explica Mario Rodarte.

*“Importante considerar que não só nos países ibéricos, mas também considerando França, Inglaterra e outros países da Europa, a igreja tinha funções de Estado e ela viu uma confiabilidade muito grande da população nos membros da igreja. Eram para eles que a população informava os seus nascimentos, para obter o batismo, os casamentos também eram registrados, assim também como os enterros. E pensando no seguimento dos países católicos, isso remonta desde a contrarreforma, essa necessidade de se fazer os registros paroquiais, justamente para se contabilizar o número de cristãos, católicos. Então tinha uma função censitária esses registros. Então havia, desde muito tempo, essa confiabilidade da população em membros da igreja para fazer esses relatos. O que se pode dizer é que, o Império em 1800, na década de 50, fez vários movimentos de modernização e que não se atém somente a isso. Teve a lei de terras, o fim do tráfico de escravos*

*e essas medidas tinham uma iniciativa de reformular o Estado e a economia nacional. Por essa série de questões o censo seria necessário como importante instrumento para subsidiar as políticas públicas que estariam sendo transformadoras, que estavam sendo feitas a partir daí. Mas naquele momento eles queriam fazer várias transformações ao mesmo tempo. Quiseram instalar também o registro civil, cartório, e a população recebeu muito mal isso. Eles confiavam aos membros da igreja essa função e viam com muita suspeita o Estado Laico querer fazer essas funções, que antes eram religiosas.”*

O povo não deixou barato. Pegou em armas e tomou as ruas. Rasgavam os editais dos decretos afixados nas portas das igrejas e intimidavam agentes públicos para impedir a realização do trabalho. Aquele zumzumzum da multidão protestando deu ao movimento o nome com o qual entraria para a história: “A Guerra dos Marimbondos”.

Foi uma revolta inusitada: sem líderes, sem atos heroicos, sem grandes batalhas, com poucas prisões, poucos processos criminais, mas que atingiu várias províncias. O Governo até tentou negociar. Mas não teve jeito. A primeira tentativa concreta de realizar um Censo Geral no Brasil “flopou”, como diriam os mais jovens. O Governo Imperial revogou as medidas, na esperança de um momento mais oportuno.

Quase vinte anos depois, uma nova onda de otimismo cresceu a partir de 1870. Otimismo logo justificado, com dois eventos importantes: a realização do Censo da Corte e a promulgação da lei que mandava realizar o recenseamento da população. Como veio antes do Censo Geral, o Censo na Corte serviu como um laboratório para o que estava por vir.

Não foi isso, Mario?

*“Muito se diz que o censo da corte de 1870 foi uma espécie de pré-teste para que tenha sido feito depois o censo de 1872. Eu acredito que essa hipótese é muito razoável. Nós observamos a partir do pré-teste que há uma diferença de questionário. O questionário de 1872 é muito audacioso, ele tem mais informações do que o censo de 1870. O questionário melhorou muito entre 1870 e 1872, então acredito que tenha havido, a partir dos resultados do censo da corte, uma certa maturação de uma equipe para que esse censo tenha sido feito, o censo de 1872.*

*Então eu acredito mais nessa hipótese, que o censo de 1872 se serviu dessa experiência muito exitosa que foi o censo de 1870.”*

Já a lei, de número 1829, forneceu recursos financeiros e humanos, estabeleceu a periodicidade decenal e criou a Diretoria Geral de Estatística, uma espécie de IBGE da época. A DGE começou a funcionar em março de 1871 com a missão de coordenar todo o trabalho do censo. Dessa vez não houve surpresas. O Censo seria realizado e a data já estava marcada: primeiro de agosto de 1872.

A paróquia foi a unidade mínima de contagem. Cada uma das 1473 paróquias contava com uma comissão que supervisionou os recenseadores. Falando neles, as qualidades exigidas na época para desempenhar a função eram: saber ler e escrever, ser inteligente, ativo, honesto e conhecer muito bem a paróquia.

A coleta foi um pouco diferente do que é hoje. O professor Mário Rodarte vai explicar para a gente:

*“Essa população era totalmente inadaptada para a autodeclaração. Se a gente for pensar, uma das questões principais é o fato de que o analfabetismo era muito elevado e isso mereceu atenção, inclusive, do Machado de Assis, quando ele escreve um artigo ao ver os resultados do censo já serem publicados. Ele escreve um artigo que fala do governo dos 30%. Por que 30%? Não é exatamente essa proporção, mas a proporção de pessoas alfabetizadas era muito baixa. 30%, se for pensar, era nas regiões mais prósperas, dos principais núcleos urbanos. Porque nas áreas rurais, e a população era na sua maior parte rural, era feita de analfabetos. O regulamento do censo considera que o boletim de família deveria ser entregue para o chefe de família e findo um determinado prazo o agente censitário iria ali fazer a coleta das informações. Pegar o questionário preenchido. Como essas pessoas iriam preencher se elas não sabiam ler e nem escrever? Isso é um problema grave e não constam nas regulações do censo o que se faria numa situação dessas: uma família de analfabetos. A gente depreende que os agentes censitários e comissões locais do recenseamento tomaram para si essa função de coletar essas informações das famílias. Então o censo, de certa forma, ele não é homogeneizado nessa questão da declaração. Algumas pessoas autodeclararam*

*suas informações e as outras foram por declaração do recenseador, que foi ali coletar as informações.”*

Comparada aos questionários mais modernos, a lista de famílias tinha poucas perguntas. Eram onze itens, incluindo nome, cor, idade, estado civil, lugar de nascimento, nacionalidade, profissão, religião e instrução. Também havia um campo para observações, que foi usado para incluir informações extras, como deficiência física e mental. Curiosamente, não foi perguntado o sexo, que foi deduzido pelo nome da pessoa. Com relação à cor, foi perguntado se a pessoa se declarava branca, parda, cabocla ou preta. Os indígenas foram classificados como caboclos. Na publicação final, o nome do quesito mudou e passou a se chamar “raça”.

Com o fim da coleta das informações, um volume enorme de formulários preenchidos começou a ser enviados para a sede da DGE, na corte, onde a apuração foi toda centralizada. O lugar, que já era pequeno, começou a ser tomado de armários e pilhas de documentos. Sobrava cada vez menos espaço para os funcionários. Imagine esse cenário no verão do Rio de Janeiro. Naquela altura o ar-condicionado não tinha sido inventado ainda. O desodorante também não. Ou seja, a convivência foi ficando difícil e o trabalho muito desgastante. E, como se não bastasse, mais trabalhadores foram contratados e mais turnos de trabalho foram adotados, para não atrasar a divulgação dos resultados. Esse trabalho suado, literalmente, não foi em vão e a apuração foi concluída em 1876.

Os resultados do primeiro censo brasileiro foram publicados em 23 volumes, revelando uma população de quase 10.000.000 de pessoas. Depois esse número foi corrigido para 10.112.061 pessoas. Desse total, 1.510.806 eram escravos.

O que torna esse Censo tão especial é o fato dele ser o único a apresentar dados sobre a população escrava. Naquele momento eram 15% da população brasileira. Os africanos eram a maior parte dos estrangeiros no Brasil, fossem escravos ou livres. Não foi especificado de quais países vieram, ao contrário do que se fazia quando o estrangeiro era europeu. Um aspecto curioso levantado pelo Censo sobre os escravos é com relação à religião. Todos eles, sem exceção, são registrados como católicos. Entre os africanos livres, 184 eram adeptos de outras religiões.

O professor Mario Rodarte trouxe mais detalhes sobre a questão dos escravos no Censo de 1872. Vamos ouvi-lo:

*“Essa informação, escravos e livres, ela tem toda uma névoa de discussões e de teorias sobre como foi formulada essa questão. Porque se a gente for analisar o boletim de família nós vamos observar que não há um campo para que haja a declaração, se é livre ou se é escravo. Então acredito que as pessoas responsáveis por fazer a sistematização das informações, a computação das somas, eles tenham depreendido quem é livre e quem é escravo pelas diversas outras variáveis, do tipo a cor da pessoa, o tipo de trabalho, a posição que ela está dentro de um domicílio, isso poderia determinar quem era escravo ou não. E também pelo fato de que algumas declarações possam ter sido explicitada a informação se era escravo ou não, independente do fato de que o boletim da família não exigia essa informação. E aí a gente vai observar o seguinte: houve toda uma discussão dentro dos órgãos responsáveis pelo levantamento do censo se era factível e se era pertinente colocar essa informação pública nos resultados do censo. O que a gente observa, que o primeiro responsável pela DGE, que é o Manuel Francisco Correia, ele tinha uma visão de que essa informação ela deveria ser publicizada porque ela serviria pra informar, não só aos brasileiros, mas também às outras nações, de que a escravidão estava sendo reduzida no Brasil. Isso, com certeza, por conta do fato de que já tinha sido feito o fechamento do tráfico de escravos em 1850, tivemos a Lei do Ventre Livre cerca de um ano antes do levantamento censitário e aí a gente consegue observar até algumas informações curiosas. Algumas pessoas recém-nascidas listadas como escravos, num momento em que a lei já estava vigorando, a Lei do Ventre Livre. E também tivemos mais à frente a Lei dos Sexagenários. A visão do Manoel Francisco Correia é de que o censo de 1872 e os censos seguintes, iriam mostrar à nação e ao mundo que o Brasil estava se libertando também dessa instituição da escravidão. Então essa foi uma variável de debate entre vários organizadores do censo e saiu vitoriosa a visão do Manoel Francisco de que essa informação deveria ser publicizada e realmente ela está em destaque nas publicações do censo de 1876.”*

O censo de 1872, finalmente mostrou ao mundo o que era o Brasil. Os homens eram a maioria, assim como os jovens, os solteiros e os analfabetos. A



província mais populosa era Minas Gerais e a menos populosa era Amazonas. O catolicismo era a religião do Estado. Menos de 0,3% das pessoas se declarava de outra religião, sendo a maior parte de estrangeiros entre elas. A pesquisa também mostrou que cerca de 42% da população não tinha profissão. As profissões declaradas foram separadas em grandes categorias e, dentro delas, classes profissionais. Não havia mulheres trabalhando em 18 delas, como: juízes, advogados, médicos, empregados públicos e militares. O resultado do Censo nessa área mostra uma curiosidade: havia a categoria de jornaleiros que, estranhamente, não vendiam jornais. Eu explico: jornaleiro eram os profissionais pagos por uma jornada de trabalho.

Com a entrega dos resultados estava finalizado o primeiro recenseamento geral ocorrido no Brasil. Ao declarar concluído os trabalhos, Manoel Francisco Correia, diretor da DGE, resumiu bem o que foi esse censo:

*“Tem esse serviço pela primeira vez executado em um Estado de vasta extensão e cuja população acha-se disseminada por todo o território, não pode pretender o cunho de um trabalho perfeito. Países mais adiantados só depois de várias tentativas puderam organizar censos exatos. Não é de estranhar que o primeiro recenseamento do Brasil ressinta-se de algumas lacunas e imperfeições, na maior parte, devido às condições locais e hábitos especialíssimos dos habitantes do interior de algumas províncias. Não sendo perfeito, é o melhor que nas atuais circunstâncias se poderia alcançar. Os resultados obtidos, se não são de uma completa exatidão, muito se aproximam da verdade.”*

Ele estava certo. Mesmo com toda a inexperiência de um país que só estava começando a se conhecer, temos que valorizar o pioneirismo da iniciativa. Com toda certeza, podemos dizer que foi um bom Censo. Melhor até do que os dois que vieram a seguir. A história do Recenseamento Geral de 1872 termina com a extinção da Diretoria Geral de Estatística, frustrando a realização do Censo de 1880. Mas sobre tudo isso, falaremos no próximo episódio...

FIM DO EPISÓDIO [Música instrumental da época]

O material que serviu de base para a elaboração do roteiro pode ser encontrado na Biblioteca do IBGE.

Destaque para publicação “História das Estatísticas Brasileiras” de Nelson Senra. Também recomendo a leitura da tese de doutorado do professor Mario Rodarte e dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, ligado ao CEDEPLAR e à UFMG. Os links estarão na página do episódio.

Visite também o site da Memória IBGE. Lá você encontra muita coisa legal sobre a trajetória da Fundação ao longo do tempo.

O podcast Censos do Brasil é um oferecimento da Memória IBGE. Eu sou Fabio Carvalho e roteirizei, produzi e editei este episódio, com o apoio de Claudio Marques, Leandro Malavota e Vera Abrantes que me ajudaram com informações para a elaboração do roteiro.

[Música instrumental da época]